

A PAZ, OS CONFLITOS, A INSURGÊNCIA E A RESISTÊNCIA: CONFLITOS E ALTERNATIVAS POPULARES NO CONTEXTO DOS MEGAEVENTOS.

Talita Anzei Gonsales

UFABC – Universidade Federal do ABC – PGT – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território

talita.gonsales@ufabc.edu.br

Introdução

A Comunidade da Paz, localizada à 800 metros do estádio construído para abrigar a abertura e outros jogos da Copa em São Paulo, tornou-se conhecida por conta do processo de remoção que começou a acontecer de maneira mais ostensiva após o anúncio de que Itaquera abrigaria jogos da Copa, entre eles a cerimônia de abertura. Desde então uma série de processos se desenvolveram acerca desta questão, entre eles a mobilização da comunidade em relação à resistência em não serem removidos.

Dessa maneira foi possível a formação de uma arena na qual diversos interesses e atores convergissem em um território: a Favela da Paz.

Cerca de R\$ 26 bilhões de reais¹ provenientes de fontes públicas foram investidos em todo o processo de preparação das cidades-sede para acolher este evento com duração de aproximadamente 20 dias.

De acordo com Oliveira (2009, p.152), os megaeventos esportivos se tornaram parte de um modelo baseado em grandes projetos, tendo como premissa a renovação de áreas degradadas das cidades, a fim de que se atraíam novos investimentos, neutralizando o dinheiro gasto e, supostamente, retornando bons frutos para a economia local. Essas características fazem parte da abordagem do planejamento estratégico, que promove o ‘city-marketing’ e a competitividade entre as cidades.

Porém, segundo levantamentos de movimentos sociais ligados ao tema, o que de fato acontece é uma ‘limpeza social’ nas cidades, reforçando ainda mais a formação de

¹Dados do Governo Federal disponível em <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/balanco-do-governo-federal-detalha-investimentos-e-estagio-das-obras-para-copa> (acessado em 24/09/2014) pautado em dados consolidados em abril de 2013.

espaços beneficiados destinados a uma população detentora de maior renda. (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2013, p.8)

Na capital paulistana grande parte das intervenções relacionadas à Copa que promoveram remoção de famílias foram justificadas a partir de questões ambientais. Este tipo de justificativa pode gerar uma pressão de caráter ‘genuíno’, além daquelas já existentes, dentro de um contexto no qual inúmeros interesses convergem em um determinado território, e que pode ser agravado pela urgência da finalização destas obras por conta da ocorrência da Copa 2014.

Sendo assim, muitas vezes, em uma determinada área somam-se questões econômicas, sociais e ambientais, esta última, que pode ou não ser de fato uma preocupação real, mas que carrega consigo um apelo genuíno, porém passível de questionamentos, considerando que vivemos em um cenário no qual as questões ambientais são muito valorizadas no plano discursivo, devido aos atuais debates acerca da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Porém, em situações delicadas como a remoção de famílias, essas justificativas ambientais devem ser profundamente analisadas, com a finalidade de evitar que sejam usadas como justificativas de ações arbitrárias do poder público.

De acordo com Acelrad (2004, p.7), do ponto de vista das ciências sociais críticas, não se faz possível a separação entre o meio ambiente e a comunidade que reside em determinado local, já que as unidades que formam o meio em que se vive, não são apenas materiais, mas são cheias de significados, como, por exemplo, significados culturais e históricos. Dessa maneira é possível que o tratamento ambiental para determinada área considere além das questões ambientais, as questões de uso e ocupação do solo das comunidades que se apropriam de determinado território.

Por outro lado, diante de situações conflituais podem surgir alternativas criativas e populares para a resistência, como pode ser observado no caso da Favela da Paz, em Itaquera, São Paulo, localizada nas adjacências do estádio que acolheu os jogos da Copa, e que foi ameaçada de remoção por conta da construção do Parque Linear Rio Verde.

Diante deste cenário, coloca-se como pergunta como se dá a formação de estratégias populares que surgem diante de situações conflituosas, formando um novo cenário de insurgência e resistência urbana, e o trabalho tem como objetivo analisar esta formação no caso da Favela da Paz.

Para que isso ocorra optou-se por dividir o artigo em cinco momentos: o primeiro que trata das dinâmicas recorrentes em todas as cidades-sede brasileira, tido basicamente

enquanto premissa das intervenções para o acolhimento da Copa. Em um segundo momento tratou-se das especificidades de São Paulo no sentido das ações práticas. Em terceiro, a contextualização do projeto do parque, tido como agente da remoção e que traz a questão ambiental para a discussão, seguido de um breve relato sobre as características e dinâmicas que incidem sobre a Favela da Paz, palco das intervenções. E, por último, uma associação dos interesses que levam aos conflitos que incidem na comunidade e que fazem parte de uma lógica que se utiliza da realização dos megaeventos esportivos, neste caso, pautada sobre a questão ambiental, para a realização de intervenções que tem como objetivo a qualificação urbana para a atração do mercado.

A cidade dos megaeventos

A partir de seus estudos em Baltimore (EUA), Harvey (1996, p. 52) afirma que o empresariamento urbano tem como características gerais a realização de parcerias público-privadas com concepções especulativas e foco na economia política do local em detrimento da economia do território. Se utilizando, na maioria das vezes, de práticas de ‘marketing’ urbano, para que se faça possível, após a qualificação urbana, um aumento da competição interurbana, que tem como objetivo a atração de outros investimentos, com base na valorização do espaço e na *‘elevação da qualidade do meio urbano’*. Neste contexto, a realização de festivais, eventos culturais, bem como de megaeventos esportivos se tornam foco de investimentos para a chamada renovação urbana, que podem se apresentar enquanto símbolo de uma cidade competitiva para a lógica do desenvolvimento espacial capitalista.

Vainer (2013, p. 37) mostra que há uma relação muito forte entre a realização de megaeventos esportivos, o capital transnacional e a produção de cidades a partir da utilização de técnicas do planejamento estratégico.

Dessa maneira num cenário no qual determinados interesses são privilegiados em detrimento a outros é comumente construído, o que poderá gerar consequências no cotidiano das pessoas e comunidades, principalmente daquelas mais vulneráveis do ponto de vista social. Por outro lado, este ciclo também pode gerar focos de resistência, criados a partir da mobilização da sociedade civil, o que pode ou não influenciar na tomada de decisão do poder público.

Acima de tudo, o fato de sediar um megaevento esportivo constrói um novo campo de conflito, onde diversos atores entram em cena a fim de discutir tanto os impactos, quanto o legado, questionando primeiramente à quem se destina os resultados deste conflito.

Segundo Maricato (2008, p. 49), dentro do campo do planejamento urbano há inúmeros interesses em jogo, que, no caso de megaeventos esportivos, inclui agências internacionais como a FIFA, grandes corporações associadas ao mercado imobiliário como a Odebrecht, assim como os interesses daqueles socialmente excluídos e, aqui, não há espaço para a ingenuidade em relação à dimensão desta questão.

A partir da frase “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias” Francisco de Oliveira sintetiza o trabalho da Ermínia Maricato que discorria sobre o grande abismo entre os conceitos que até então norteavam o planejamento urbano no Brasil e a realidade encontrada nos municípios e bairros, explicitando o fato de que as intervenções propostas pelo urbanismo brasileiro, conceituado por Maricato (2000, p. 121) como “*planejamento e regulação urbanística*”, não considere a realidade das cidades brasileiras. Dessa maneira a autora mostra que, apesar das leis estarem sendo feitas para todos os indivíduos da cidade, estas se aplicam para apenas uma parte da mesma, o que significa aumentar as desigualdades e privilégios já existentes desde o início do processo de formação das cidades brasileiras. Nessa mesma linha de pensamento Harvey (1996, p. 52) apresenta a ideia de que a organização do espaço é resultado de diversas forças advindas dos mais distintos atores sociais, resultando em um processo tão conflituoso quanto a densidade social de um determinado espaço.

O Brasil já sediou um megaevento esportivo, que não possui a mesma visibilidade e importância que a Copa, mas que mostrou algumas consequências práticas que interferem na dinâmica territorial das cidades-sede, como foi o caso dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Naquela ocasião, foi constatado que a diretriz dos investimentos feitos na cidade estão ligados intimamente a lógica do empresariamento urbano, ocasionando uma enorme apropriação de recursos públicos por empresas privadas, majoritariamente representantes do ramo imobiliário e de construção civil, quando a população, que deveria ser a maior utilizadora deste ‘legado’, raramente pode usufruir dos equipamentos esportivos que se encontram fechados ou que foram concedidos para o uso de empresas privadas, e que mostraram seu forte caráter especulativo. (MASCARENHAS, 2007, p. 35)

Diante do cenário exposto pela experiência brasileira ao sediar os Jogos Pan-Americanos, é possível reforçar a hipótese de Maricato (2000, p. 161) de que as ‘regras’ não se aplicam a todos, o que faz com que as disparidades aumentem. Ou seja, as diretrizes das

dinâmicas territoriais propostas para a cidade como um todo apresentam implementações variadas de acordo com os interesses de diferentes setores da economia, fazendo com que a maior parte da população, e, portanto, a parcela menos abastada, possua menor acesso ao suposto legado dos megaeventos esportivos.

São Paulo dos Megaeventos Esportivos

Muñoz (2006, p. 177) conceitua por ‘urbanismo olímpico’ o conjunto de intervenções e pressupostos em relação as cidades que sediam os chamados megaeventos. Nessas intervenções estão inclusas obras específicas com finalidade esportiva, obras para alojar atletas e equipes, obras que alojem e deem espaço para a imprensa que vem de toda parte e obras para melhorar a infraestrutura da cidade, como por exemplo, intervenções no transporte público, telecomunicações, turismo e segurança. Dentro deste mesmo sentido, Mascarenhas (2011, p. 27) utiliza a expressão ‘olimpismo’ para traduzir as intervenções urbanas por conta dos megaeventos.

A escolha por intervenções urbanas grandiosas e inovadoras do ponto de vista arquitetônico não começa em São Paulo por conta da Copa, Fix (2001, p. 110) mostra que a escolha por megaprojetos tem o seu ápice na década de 90, com a finalidade de atender as exigências do capital que se instaurava na cidade. Por outro lado, a escolha por sediar um megaevento esportivo reforça o caráter neoliberal de produção de um espaço destinado para a ação do capital transnacional.

São Paulo e as outras onze cidades-sede vêm se tornando palco de intervenções urbanas relacionadas à preparação para o acolhimento da Copa 2014. É importante salientar neste momento que há intervenções oficiais e complementares (ou não-oficiais) dentro de um plano de adequação da cidade não exposto totalmente pelo poder público. Em São Paulo, esta é uma questão difícil de definir, já que na Matriz de Responsabilidades² - documento oficial que lista os investimentos para a Copa - não estava explícito quais seriam tais investimentos, e por isso foi necessário conceituá-los para que fosse possível uma melhor associação de ideias referente à Copa em São Paulo.

² Disponível em http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/12202012_anexo2_resolucao_gecopa.pdf - Acessado em 15/10/2013

Por oficiais entendem-se as obras que estão expostas na Matriz de Responsabilidades divulgada a partir de publicação do governo federal. No estado de São Paulo, são elas: a construção do estádio “Arena Itaquera”, obras viárias no entorno do estádio, obras nos aeroportos de Viracopos e Guarulhos, adequação do Porto de Santos e ações não especificadas nos campos de telecomunicação, segurança e turismo.

Por ‘complementares’ entende-se as obras que devem estar prontas até junho de 2014 (período em que haverá a realização da Copa) e que não estão listadas na Matriz de Responsabilidades, mas que constem no discurso dos órgãos públicos responsáveis pelo evento na capital paulistana, no caso a SPCopa, e no âmbito estadual o Comitê Local Organizador. Dentre elas estão a finalização do Parque Linear Rio Verde, a construção da Linha 17 do Metrô, a construção do Pólo Institucional de Itaquera e a revitalização do Anhangabaú, local onde aconteceu as exposições públicas dos jogos.

Este trabalho irá manter o foco nas ações em andamento no bairro de Itaquera, zona leste de São Paulo, que irá reter uma grande parte da atenção tanto do poder público, quanto de investidores e da mídia nacional e internacional, já que irá acolher a abertura da Copa 2014. Portanto o trabalho irá tratar das ações em Itaquera que, para serem implantadas, ocasionarão remoções de unidades habitacionais.

O Parque Linear Rio Verde

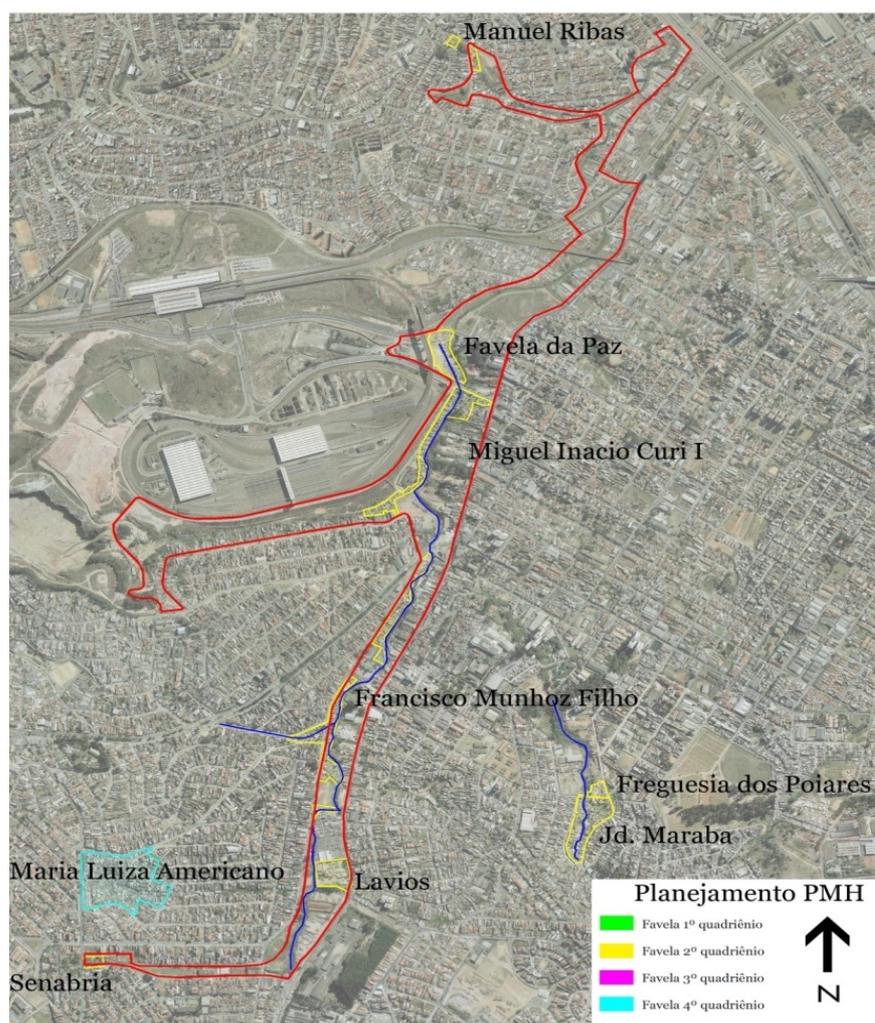
A implantação do Parque Linear Rio Verde está inserida dentro de um contexto que abrange uma série de intervenções urbanísticas em Itaquera realizadas pela Prefeitura e pelo Governo do Estado: a Operação Urbana Consorciada Rio Verde, e que tem como objetivo uma qualificação urbana desta região, conforme exposto na Lei 13.872 de 12 de julho de 2004 que aprova a Operação Urbana.

Desde já, é importante considerar que pouco se sabe acerca do processo de implantação do Parque Linear Rio Verde em Itaquera, porque, até o presente momento, não foi apresentado nenhum estudo específico que relate os impactos, ambientais ou de vizinhança, deste projeto. Sendo assim, a busca por informações possui altos níveis de dificuldade. As poucas informações apresentadas pelo poder público municipal foram retiradas de apresentações públicas realizadas pela Prefeitura que, comumente, evitava fornecer detalhes sobre a implantação deste projeto que já estava previsto no Plano Regional Estratégico de Itaquera, mas que, até então se encontrava em *stand by*.

Em uma apresentação ocorrida em 09 de maio de 2011, um morador conseguiu entrar ‘infiltrado’ em uma das apresentações da prefeitura, na qual estavam presentes apenas convidados, e, sem que os responsáveis percebessem, conseguiu uma cópia da apresentação do projeto do Parque Linear Rio Verde³. Dessa maneira a sociedade civil teve acesso a alguns dados do projeto que serão considerados aqui, enquanto dados oficiais.

Conforme exposto na figura 1, é possível visualizar o perímetro do Parque Linear Rio Verde incluindo a localização da Favela da Paz.

Figura 1: Perímetro do Parque Linear Rio Verde



Fonte: Apresentação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo. (2012)

³ Uma reportagem sobre o ocorrido para que fosse possível ter acesso a apresentação da Prefeitura foi realizada pelo jornalista investigativo Ciro Barros para a Agência Pública e pode ser encontrada em <http://www.apublica.org/2012/08/copa-do-mundo-2014-remocoes-em-itaquera-comunidade-da-paz-vive-escuro/> - Acessada em 29/09/2013.

De acordo com a apresentação da Prefeitura, a implantação do Parque Linear possui um forte apelo ambiental, sendo citada a necessidade de recuperação do curso d'água, fundo de vale e da área de drenagem. Além disso, a implantação prevê a remoção de todos os assentamentos precários localizados no trajeto do futuro parque.

O perímetro do Parque tende a acompanhar o trajeto do córrego, porém em determinados momentos, desvia-se deste trajeto, e entre estes desvios, engloba comunidades que não se localizam em sua margem.

A exposição de um discurso repleto de questões ambientais e benfeitorias que distancia-se em um grande abismo do que ocorre na prática, se tornou parte da premissa do planejamento urbano brasileiro, o qual ainda segue um modelo de dominação política, econômica e ideológica que não considera a realidade das cidades brasileiras, não considerando a realidade de uma grande parte da cidade que vive na informalidade (MARICATO, 2000, p. 168), como é o caso de Itaquera.

Mesmo que previsto desde 2004, as obras só tiveram início após a definição de que a Arena Itaquera acolheria a abertura do evento, o que induz à forte ligação desta intervenção com a lógica de embelezamento e higienização da Copa, valorizando espaços até então deteriorados e beneficiando o mercado imobiliário, sem que se considerem os efeitos perversos desta valorização, que acaba por determinar a expulsão da população de menor renda seja pelo processo em si da remoção, seja por processos indiretos de valorização da terra e consequente aumento do valor do aluguel.

A partir de uma justificativa de cunho ambiental, implanta-se um projeto que tem como premissa a qualificação de um espaço, o que irá beneficiar os avanços do mercado imobiliário para a zona leste da capital paulistana, congregando os esforços públicos e privados no sentido de valorizar aquela região. O que fortalece a afirmação de Maricato (2000, p.178) que relaciona o processo político que se formou em nossa sociedade, gerando uma grande desigualdade, contribuindo então para a formação de um mercado imobiliário que restringe e especula.

O poder público municipal evitou vincular a implementação do Parque Linear Rio Verde à realização da Copa, porém, para a população residente em Itaquera, esta associação é extremamente óbvia, conforme entrevistas de moradores da região⁴:

⁴ Ver entrevista em: <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/obras-da-copa-desalojam-65-000-pessoas> - Acessado em 03/10/2013.

“Estou aqui há 16 anos, já perdi dois barracos em incêndio e ninguém me ajudou a reconstruir, agora que vai ter Copa, chegam aqui e dizem que temos que sair. Falam que é por causa do córrego (Rio Verde), mas não para onde vamos.”

Fica evidente, tanto para o poder público municipal quanto para os moradores da região, que a justificativa de apelo ambiental do projeto não é coerente com as verdadeiras necessidades locais, mas que, na realidade, faz parte de um cenário secundário. Este fato pode representar a fragilidade no tratamento da questão ambiental, que deveria constar na agenda política de maneira legítima, dada tamanha importância e urgência da mesma, mas que neste caso é utilizada enquanto manobra política para mascarar questões e interesses maiores que agem por trás de preocupações morais que envolvem, por exemplo, questões de cunho ambiental.

Harvey (1996, p. 55) afirma que o acolhimento de festivais e eventos culturais se tornam foco de investimentos por parte do poder público a partir de estratégias de renovação urbana, fazendo com que aquele território se pareça com um lugar inovador e seguro para visitar, consumir e investir, conforme a lógica do desenvolvimento espacial capitalista. Ações como estas determinam a legitimação de ações com caráter higienistas, utilizando-se de justificativas de qualificação dos espaços, conforme pode ser notado no projeto do Parque Linear Rio Verde.

No caso de projetos ambientais, como é a implantação do Parque Linear Rio Verde, um dos grandes pontos a serem discutidos é o fato de que os mesmos desconsideram o processo de criação de uma crise ambiental, conforme relata Acselrad (2004, p. 13), descolando o “mundo material” das dinâmicas da sociedade e da cultura.

A Favela da Paz

A Favela da Paz localiza-se ao lado da arena do Corinthians, obtendo um lugar de destaque diante do contexto da Copa em São Paulo. A área, que pertence a Cohab – Companhia Metropolitana de Habitação, é ocupada desde 1991, o que totaliza 23 anos de ocupação, e abriga cerca de 370 famílias.

De acordo com as manifestações da Prefeitura de São Paulo, há um grande interesse por parte da mesma para que ocorra a remoção total da Comunidade da Paz previsto na implementação do Parque Linear Rio Verde, assim como outras comunidades.

A comunidade dista, aproximadamente, 800 metros da estação de trem de Itaquera, usufruindo de uma posição privilegiada em relação à mobilidade e acesso a equipamentos urbanos de saúde e educação. (PEABIRU, 2013, p. 3)

Na figura 2 é possível visualizar a localização da comunidade que é limitada pelo terreno do Pólo Institucional e pelo córrego Rio Verde.

Figura 2: Vista da Comunidade da Paz.



Fonte: SVMA (2012).⁵

A comunidade não possuía sistemas de abastecimento de água, de energia elétrica e de esgoto até outubro de 2014, quando foi implantado após três anos de mobilização. Além disso, a grande maioria das casas localizadas na comunidade encontra-se em condições construtivas precárias, além de algumas delas estarem localizadas bem próximas ao córrego, o que pode caracterizar uma situação de risco. Ainda assim, de acordo com o levantamento da Peabiru (2013, p. 14), a maior parte das famílias demonstrou interesse em permanecer naquela área, desde que fossem realizadas intervenções urbanísticas que melhorassem as condições de vida das famílias, como por exemplo, a implantação de rede de esgoto, abastecimento de água e energia elétrica. Apesar das precariedades apresentadas, a comunidade está inserida em um território bastante consolidado, usufruindo de equipamentos públicos, de saúde e lazer, e necessitando apenas de obras de adequação e de infraestrutura básica.

Ao tratar-se da remoção da comunidade, desconsidera-se também o fato de que, devido ao grande período de tempo que as famílias ocupam naquele local, construiu-se uma rede de laços comunitários e afetivos, fazendo com que haja certa cooperação e solidariedade entre os moradores da favela. Além disso, os levantamentos da Peabiru (2013, p. 18) também

⁵ Documento disponível em

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/pue_itaquera_cades_leste_set_2012.pdf
acessado em 06/06/2013

demonstraram que diversos núcleos familiares têm o seu sustento proporcionado por pequenos comércios dentro da própria comunidade, para estas famílias, no caso de remoção, os prejuízos econômicos seriam ainda maiores.

Para justificar a remoção de moradias na Favela da Paz, a municipalidade alega que, devido a proximidade com o córrego, observa-se o risco à vida das famílias. Essa justificativa confere ao poder público o status de urgência para esta ação, desconsiderando as opções de alternativas habitacionais para as famílias objeto de remoção bem como obras estruturais que eliminem este risco. Porém, é necessário considerar que estas unidades habitacionais já estão instaladas ali há 23 anos, e que apenas com a chegada da Copa em Itaquera, ao lado da Favela da Paz, é que foi tomada a decisão de remoção destas casas, fazendo com que se tornasse uma ação urgente, a partir de uma justificativa de cunho ambiental.

Dados os rumores de que a comunidade seria de fato removida pelo poder público municipal, deu-se início a um processo de mobilização de todos os moradores da comunidade, com a finalidade de apresentar uma forma de resistência diante do cenário pouco participativo que estava se instaurando. Desde então diversas iniciativas foram realizadas com o objetivo de trazer a questão da Paz para o debate, e dessa maneira construir um processo de resistência. Durante este processo vários atores interagiram, tanto no campo da resistência, quanto no campo institucional, formando uma arena bastante diversificada, que culminou em um processo bastante interessante do ponto de vista da insurgência e da resistência, resultando em alguns ganhos importantes para a comunidade.

Após meses de mobilização, concluiu-se que os moradores da Favela da Paz, juntamente com técnicos da Peabiru⁶, se reuniram para construir um Plano Popular Alternativo para a urbanização daquela área, o que posteriormente seria utilizado como um instrumento de resistência.

A primeira etapa para a construção do plano foi um processo de pesquisa, composta por levantamento e análise de dados socioeconômicos e mapeamento da área, com a finalidade de construção de um processo de instrumentalização para a próxima fase: a formulação de uma proposta que mesclasse os interesses da comunidade e do poder público. Sendo assim o plano foi construído a partir das diretrizes dos moradores da comunidade, que, desde o início, manifestaram a sua vontade em permanecer na Favela de Paz, desde que houvesse um processo de urbanização.

⁶ A Peabiru é uma assessoria técnica sem fins econômicos que dispõe de profissionais de diferentes áreas de atuação. <http://www.peabirutca.org.br/home.html> acessado em 20/06/2013

Em relação à proposta final, a definição de diretrizes definiu um produto considerado ideal pelos moradores e participantes do processo de construção do Plano Popular Alternativo, tendo como principal característica a consolidação no terreno que a comunidade já ocupa, sendo necessárias apenas as remoções referentes à ocupação de áreas não edificantes, próximas ao viaduto, as áreas de APP do rio Verde e algumas áreas para a abertura do viário, necessário para a consolidação da ocupação, dessa maneira, seria possível a convivência do parque e da comunidade.

De acordo com Peabiru - TCA (2013, p. 38) esta proposta remove 155 famílias que podem ser reassentadas a um quarteirão de distância de onde moram atualmente, em um novo complexo habitacional que pode conter áreas específicas para comércios e lazer. Já as 145 famílias restantes permaneceriam na comunidade que sofreria intervenções que obedecessem as diretrizes estipuladas. Dessa maneira seria considerada a vontade da comunidade em permanecer na área que ocupam a 23 anos, legitimando um processo de participação popular, sem influenciar nos projetos de interesse público e garantindo os interesses ambientais para a preservação do córrego e a manutenção dos recursos hídricos da região, conforme exposto na justificativa da implementação do parque.

Na figura 3 é possível identificar a proposta completa para intervenção urbana na Comunidade da Paz, ilustrando a abertura de vias necessárias para a consolidação da comunidade, a representação do Parque Linear, conforme o plano da prefeitura, o local para o reassentamento das 155 famílias que inevitavelmente deverão ser removidas, porém reassentadas no mesmo bairro.

Figura 3: Proposta completa para a Vila da Paz.



Fonte: Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz (2013).

O Plano considera que, apesar das precariedades apresentadas, a comunidade está inserida em um território bastante consolidado, necessitando apenas de obras de adequação e de infraestrutura. Além disso, o plano aponta que há a possibilidade de reassentamento (caso seja inevitável a remoção da comunidade) em um raio de 2,5 quilômetros no entorno da Vila da Paz.

A proposta popular foi apresentada para a prefeitura em uma das inúmeras reuniões articuladas entre Comitê Popular da Copa de São Paulo e grupos atingidos pelos impactos da Copa, dando início a um processo de diálogo que acontece até hoje.

A prefeitura aceitou algumas diretrizes do Plano Popular Alternativo da comunidade como o chamado 'chave por chave', que consistia em apenas aceitar a remoção quando houvesse outra casa pronta para morar em um local próximo ao local de origem. Além disso, a área tornou-se ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) no novo Plano Diretor da cidade (2014). Por outro lado, a prefeitura rejeita a proposta do plano popular alegando diversos motivos como a existência do risco, contaminação do solo e a necessidade de

construção do parque (que seria de interesse se todos). Esta última se mostra uma justificativa bastante contraditória, já que a área foi gravada como ZEIS.

A municipalidade também fragmentou a comunidade, dividindo-a em cinco setores, e classificando o setor um como risco. A prefeitura afirma que este setor será o primeiro a ser removido, sendo que as unidades habitacionais de realocação já estão em fase de conclusão. Já as unidades que seriam das outras famílias ainda não começaram a serem construídas. Após a remoção das primeiras famílias, essa setorização da comunidade pode causar a desmobilização além de conflitos internos, o que seria prejudicial para o processo de resistência.

Os Conflitos da Paz

A partir do cenário apresentado, é possível perceber que, dentro da Favela da Paz, há uma série de interesses que se sobrepõe, conseqüentemente inúmeros conflitos irão se instaurar nesta área, embasados nas mais diversas justificativas, seguindo, portanto, diversas diretrizes e interesses. No caso desta comunidade, a justificativa da municipalidade para que ocorra a remoção total das unidades habitacionais está ligada à necessidade de preservação e manutenção do córrego Rio Verde, com o provimento de recursos hídricos daquela região, assim como a preservação do bem estar das famílias que residem nas áreas de várzea ao córrego por configurar uma situação de risco. Ou seja, oficialmente, as justificativas dessas remoções estão intimamente ligadas à questões ambientais.

Conforme já descrito, há em Itaquera, um cenário em que figuram inúmeros focos de investimentos, tendo como principais focos de intervenção o Pólo Institucional de Itaquera, os procedimentos de preparação para o acolhimento da Copa, a Operação Urbana Rio Verde, a construção do Parque Linear Rio Verde e as inúmeras obras viárias para atendimento do estádio do Corinthians. Todas estas intervenções provavelmente irão acarretar a valorização da área, o que irá resultar em um crescimento do interesse do mercado imobiliário sobre aquela região, que não seria beneficiado com a presença de comunidades carentes no seu entorno.

O Plano Popular Alternativo da Comunidade da Paz relata algumas ocasiões de pressão para a remoção da comunidade, como, por exemplo, caso do corte ilegal da rede de energia que atendia os moradores⁷, episódio no qual, em maio de 2012, a Eletropaulo

⁷ Disponível em <http://issuu.com/peabirutca/docs/caderno-final-8> acessado em 15/06/2013

providenciou o corte da rede de energia elétrica irregular que abastecia a comunidade a pedido da Polícia Militar. Este fato acarretou a revolta dos moradores da Favela da Paz.⁸ Esta ação resultou em uma investigação do Ministério Público para averiguar se a ação foi arquitetada pela Subprefeitura de Itaquera, na época coordenada pelo Coronel Paulo Cesar Máximo, com a finalidade de ‘expulsar’ indiretamente os moradores de suas casas. Até a data atual não há conclusão das investigações que envolvem a Polícia Militar e o então Subprefeito de Itaquera.

O corte da rede irregular de energia que abastecia a Vila da Paz, realizado em maio de 2012, ocorreu um mês antes que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente da PMSP divulgasse um documento que apontava algumas ações para a realização da abertura da Copa⁹, dentre elas a finalização do Parque.

No que diz respeito à implantação do Parque Linear Rio Verde, é evidente a exposição da causa ambiental, que carrega consigo um caráter emergencial, de proteção de bens maiores, que, conseqüentemente, irão se sobrepor a existência de uma comunidade que abriga cerca de 370 famílias. Sendo assim, conforme as afirmações de Acselrad (2004, p. 9) a Natureza é colocada como um dos fatores que ocasionam os conflitos sociais, sendo, neste caso, usada para justificar as ações arbitrárias do poder público municipal.

Conforme é possível identificar na Figura 4, o desenho do Parque Linear, certo momento, se desvia do traçado do córrego Rio Verde, e passa por comunidades carentes no entorno do estádio. Além disso, a Comunidade da Paz, neste momento, já é representada enquanto parque (inclusive com a utilização da cor verde) em apresentações recentes da municipalidade, que já a trata enquanto área “livre e preservada”. Este processo tem como consequência a higienização e o embelezamento do entorno do estádio sem que as comunidades sejam consideradas no planejamento do projeto, o que fará com que se esconda a existência de comunidades carentes, que vivem em condições precárias naquela região.

⁸ Ver mais em <http://direitoamoradia.org/?p=15807&lang=pt> acessado em 08/05/2013.

⁹ Documento disponível em

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/pue_itaquera_cades_este_set_2012.pdf acessado em 06/06/2013

Figura 4: Parque Linear e o estádio.



Fonte: Prefeitura de São Paulo (2012).

Para Acelrad (2004, p. 17) é necessário um método de análise e mediação de conflitos que não trate em separado as questões ambientais e sociais, já que estas se encontram intrinsecamente ligadas, como é o caso dos conflitos analisados na Favela da Paz, onde população e córrego poderiam viver em harmonia, conforme exposto no Plano Popular Alternativo da Comunidade (2013, p. 38), mesclando interesses distintos. A questão, neste momento fica pelo fato de que, seria este mesmo a verdadeira necessidade da municipalidade? Pois, conforme já demonstrado através de estudos de assessorias técnicas, esta seria uma situação plausível, se planejada e executada considerando o diálogo entre as partes.

A ideia deste conflito tratado enquanto ambiental, e, portanto intimamente ligada a questões como escassez de recursos hídricos da região ou de cuidado com a vida daqueles que residem muito próximos ao córrego, tendem a funcionar enquanto mecanismo tanto de esvaziamento do debate político acerca do assunto, quanto como justificativas de ações autoritárias do poder público. (Acelrad, 2004, p. 14)

Considerações Finais

Diante do cenário exposto é possível inferir que há, dentro de um território historicamente caracterizado pela informalidade causada pelo desprezo do poder público em integrar estas áreas na cidade legal, uma sobreposição de interesses econômicos pautada sobre

o contexto dos megaeventos esportivos, no qual a definição dos investimentos e das intervenções é realizada a partir da exposição das necessidades do mercado (Maricato, 2000, p. 161), que são, muitas vezes, mascarados a partir de uma justificativa de preservação do ambiente como um bem maior, alheio à realidade das comunidades que vivem em condições precárias de moradia.

A partir de então se faz necessária que a análise dos conflitos gerados diante de um cenário em que inúmeros tipos de interesses se sobrepõem se faça a partir de um olhar que não separe os aspectos ambientais daqueles sociais, e que sejam vistos como uma forma de apropriação do espaço, que é resultado de anos de descaso do poder público diante de uma região historicamente desvalorizada, mas que, devido as dinâmicas de valorização de determinados territórios, vem recebendo inúmeras intervenções urbanas que estão modificando a dinâmica daquela região, o que, provavelmente a tornará mais atrativa para o mercado imobiliário. Assim corroborando com as afirmações de Harvey (1996, p. 52) nas quais o empresariamento urbano tem como características gerais a implementação de parcerias público-privadas de caráter especulativo e com foco a economia política local em detrimento do território.

Por outro lado, surge de uma situação conflituosa, uma alternativa popular de resistência instrumentalizada a partir da construção de um plano popular de urbanização, que apresenta uma importância considerável no processo de mobilização da comunidade, garantindo algumas vitórias (ainda que questionáveis) para a comunidade.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. 2004. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume/Dumará. Fundação Heinrich Boll. P. 7-35.

Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. 2013. Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. In: <
http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf>

Página acessada em 20/06/2013

FIX, M. 2001. Parceiros de exclusão: Duas histórias de construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo. 256 p.

HARVEY, D. 1996. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, n. 39, p.48-64.

MASCARENHAS, G. 2011. Desenvolvimento urbano e grandes eventos esportivos: o legado olímpico nas cidades. In: O Jogo Continua: Megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro. EdUERJ. p. 27 – 40.

MARICATO, E. 2000. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Rio de Janeiro. 3ª Ed. Petrópolis, Vozes. 192 p.

MARICATO, E. 2008. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. São Paulo. 3ª Edição. Ed. São Paulo: Vozes.

Muñoz, F. 2006. Olympic urbanism and Olympic Villages: planning strategies in Olympic host cities, London 1908 to London 2012. In: The Sociological Review. v. 54, December. p. 175-187.

OLIVEIRA, A. de. 2013. Os grandes projetos urbanos como estratégia de desenvolvimento econômico. Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales. V. 39. V. 117. p. 147 - 163

PEABIRU - TCA (São Paulo). Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz. São Paulo, 2013. 48 p. Disponível em: <<http://issuu.com/peabirutca/docs/caderno-final-8>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

VAINER, C. B. 2013. Quando a cidade vai às ruas. In: Cidades Rebeldes. São Paulo. Boitempo. p. 35 – 40.